

Lélia Gonzalez: gênero, raça e classe na formação econômico-social brasileira

Carla Curty¹

Maria Malta²

Resumo: Por meio do destaque da importância de Lélia Gonzalez (1935-1994) como uma intérprete do Brasil, pretende-se dar foco no papel da autora como intelectual orgânica dos movimentos da classe trabalhadora, do movimento negro e do feminismo negro. Através de uma revisão bibliográfica sobre o que são interpretações do Brasil e sobre a interpretação do Brasil realizada por Lélia Gonzalez, aqui estão sistematizados os principais elementos desta interpretação, centralizada nas questões de gênero, raça e classe, de maneira articulada. Defende-se a importância desta interpretação para a história do pensamento social brasileiro.

Palavras-chave: Lélia Gonzalez; interpretações do Brasil; intelectual orgânica; gênero; raça.

Lélia Gonzalez: gender, race and class in Brazilian socioeconomic formation

Abstract: By highlighting the importance of Lélia Gonzalez (1935-1994) as an interpreter of Brazil we intend to focus on the author's role as an organic intellectual of the working-class, of black movement and of black feminist movement. Through a bibliographical survey on what are interpretations of Brazil and on Lélia Gonzalez's interpretation of Brazil, the main elements of this interpretation are systematized here, focusing on issues of gender, race and class in an articulated manner. The significance of this interpretation for the history of Brazilian social thought is defended.

Key words: Lélia Gonzalez, interpreters of Brazil; organic intellectual; gender; race.

1. Introdução

¹ Professora adjunta do Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (ITR-UFRRJ), pesquisadora do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA – IE/UFRRJ-UFRRJ) e do Coletivo Marxista da Rural (MAR –UFRRJ) e membro do Grupo de Trabalho de História do Pensamento Econômico Brasileiro (GT-HPEB) da SEP (Sociedade Brasileira de Economia Política). E-mail: carla_curty@yahoo.com.br.

² Coordenadora do Lema (IE/UFRRJ-UFRRJ), Professora Associada do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRRJ), coordenadora do Grupo de Trabalho de História do Pensamento Econômico Brasileiro (GT-HPEB) da SEP (Sociedade Brasileira de Economia Política) E-mail: mariamalta@yahoo.com.br.

A obra de Lélia Gonzalez (1935-1994) tem sido resgatada contemporaneamente, em especial, no que concerne às questões do feminismo negro, do feminismo decolonial, e do movimento negro.

Mas as análises de Lélia Gonzalez no corpo total de sua obra vão além de análises sobre as questões do feminismo e das questões raciais no Brasil e na América Latina. Sua obra consiste em uma pujante interpretação do Brasil. Especialmente, por dar destaque de maneira inovadora, para as dimensões raciais, sexuais e classistas, de maneira articulada, para analisar a formação econômico-social brasileira e o capitalismo dependente que no Brasil se forma. Sendo uma verdadeira intelectual orgânica dos movimentos feminista negro, negro e da classe trabalhadora no Brasil e na América Latina.

Através de uma revisão bibliográfica sobre o que são interpretações do Brasil e sobre a interpretação do Brasil realizada por Lélia Gonzalez, propõe-se neste artigo a sistematizar os principais elementos desta interpretação, que é centralizada nas questões de gênero, raça e classe, de maneira articulada. Defende-se a importância desta interpretação para a história do pensamento econômico e social brasileiro e a atualidade da obra de Lélia Gonzalez.

2. O que são as interpretações do Brasil – questionando a percepção tradicional da categoria

Refletir sobre o que é o Brasil, quais suas características, suas raízes e suas possibilidades do devir é um movimento recorrente na história do pensamento econômico e social brasileiro, formando um frutífero campo de análise conhecido como “Interpretações do Brasil”.

Estes questionamentos se intensificam em períodos de transformações e rupturas políticas, econômicas, culturais e sociais, verdadeiros momentos de inflexão histórica (e teórica também). O estudo das chamadas interpretações do Brasil, no qual são analisadas as variadas interpretações do Brasil e sua relação com a construção de uma análise de conjuntura e um projeto de futuro para o Brasil, de maneira a identificar nos intérpretes as origens de debates que constituem as principais discussões necessárias para a compreensão do Brasil na atualidade, bem como os variados caminhos indicados para sua

transformação, com destaque para os debates sobre Estado, nação, classes sociais, povo, raça e modos de produção brasileiros. Este campo de análise é extremamente amplo e frutífero em diversas áreas do conhecimento de nossa academia e sociedade.

Este campo apareceu, conforme destaca Ricupero (2008, p. 21), no período iniciado com o debate abolicionista e republicano, no final do século XIX, desdobrando-se com o estabelecimento e o desenvolvimento mais amplo da universidade no Brasil, a partir das décadas de 1920/1930³. Conforme apontam Curty, Malta e Borja (2020), é possível identificar nestes autores a questão da formação do Brasil⁴ como uma questão de fundo de seus trabalhos, isto é, preocupavam-se com o debate do estabelecimento de um quadro social nacional mais autônomo que se contraporía à origem colonial do Brasil, marcada por diversos tipos de domínio, como cultural, político e econômico. Paulo Arantes (1997) destaca como o tema da formação é questão persistente dos intérpretes do Brasil, estando inclusive presente nos títulos e subtítulos de boa parte das obras consideradas cânones das interpretações do Brasil.

O ponto levantado por Curty, Malta e Borja (2021) é que um intérprete do Brasil tem consigo uma missão intelectual, pois busca, através da pesquisa histórica, compreender a realidade presente (à sua época) do país afim de guiar a transformação do futuro do país, de acordo com o seu projeto de país. O que se caracteriza como as *interpretações do Brasil* são movimentos analíticos que ao buscar compreender a realidade do Brasil a partir de seus próprios processos históricos e desdobramentos futuros podem ser entendidos como os primeiros pensamentos propriamente brasileiros e autônomos com relação às teorias dos principais centros mundiais, abrindo caminho para um tipo de análise específica que dará destaque, ainda que de formas diferentes, à estrutura produtiva para tentar compreender o Brasil e sua formação.

³ A geração mais conhecida dos chamados intérpretes do Brasil é a geração dos anos 1930, identificada fortemente com o que Antônio Cândido aponta como a tríade de autores dos anos 1930 – Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda. Essa visão dos intérpretes do Brasil é geralmente defendida pelos autores e pelas autoras ligados e ligadas à escola de sociologia da Universidade de São Paulo (USP). “A geração dos anos 1920 e 1930 tem como ansiedade principal, em suas diferentes orientações teórico-políticas, a tentativa de compreender a formação socioeconômica do Brasil no contexto do início da transição de uma sociedade agrário-exportadora para uma sociedade urbano-industrial. Essa geração formada pelos autores modernistas, na literatura, encontrava interseções com os pensadores das estruturas sociais, como no caso de Sérgio Buarque de Holanda.” (CURTY, MALTA, BORJA, 2020, p. 467).

⁴ A questão da formação é uma questão (e seus desdobramentos) central para o pensamento econômico e social brasileiro, conforme Arantes & Arantes (1997); Arruda & Villarino (2016).

A preocupação com o estabelecimento de um quadro social autônomo, que se contrapusesse à situação de subordinação colonial é a chave para um pensamento que coloca no seu centro dinâmico principal o que ocorre internamente no país. As interpretações do Brasil são marcadas pela análise das formas estruturais da produção social da vida material, que se expressam em determinadas relações sociais necessárias e independentes de sua vontade e às quais correspondem relações de produção referentes a uma determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas materiais. Ao mesmo tempo um intérprete não poderá deixar de perceber que sobre esta estrutura se levanta uma superestrutura jurídica, política e correspondentes formas da consciência social que necessariamente compõem seu objeto.

Para compreender a nação que aqui se formara ou que poderia vir a se formar era necessário dispor-se a desvendar a realidade brasileira e propor uma explicação para a formação econômico-social que se apresentava dentro das fronteiras do Estado Nacional. Ainda que não busquem tratar a economia de forma explícita – as exceções podem ser Caio Prado Junior e Celso Furtado – os chamados intérpretes do Brasil tem nas questões econômicas (estruturais) elementos relevantes de sua análise, afinal, para abordar o processo de formação econômico-social deve ser tratar este processo como um todo, de forma totalizante, expondo suas características sociais, políticas, culturais, e também econômicas, ou seja, a análise do processo de formação e constituição de suas estruturas produtivas e sociais. É possível, portanto, compreender a obra dos intérpretes do Brasil como parte da história do pensamento econômico brasileiro e inserir a contribuição destes intérpretes nas diferentes controvérsias que compõem a história do pensamento econômico brasileiro (HPEB). Há, portanto, uma relação dinâmica entre a contribuição de intérpretes do Brasil na história do pensamento econômico brasileiro e a contribuição de autores reconhecidos como economistas em formulações tidas como interpretações do Brasil.

Como destacam Ricupero (2008) e Ianni (2000; 2002), as diversas “famílias”, “linhagens”, “tendências” e “orientações” do pensamento social brasileiro são fruto de intenso debate político, teórico e histórico que tem como alicerce a base material da vida que se desenrola no Brasil desde os tempos de colônia e que estão conectados com a ideia de “modernização” que se constrói a partir da elaboração da sociedade de classes no Brasil, refletindo os movimentos das lutas de classes, e as chamadas interpretações do Brasil não são exceção a estes movimentos. Como levantado anteriormente neste texto, as interpretações do Brasil são análises geralmente são apresentadas em períodos de

disjuntivas históricas, ou seja, em momentos em que estão presentes elementos de crise – econômica, política e/ou social – e em que são abertas reflexões sobre quais foram os elementos causadores da crise e o que fazer para superá-la.

Um(a) intérprete do Brasil é, em essência, um(a) intelectual orgânico(a). Aqui tem-se como referência a noção gramsciana de intelectual orgânico(a). Os(as) intelectuais, logo, também os(as) intérpretes do Brasil, não estão apartados da sociedade e das lutas de classes, e suas formulações são socialmente condicionadas por suas visões de mundo e inserções político, econômicas e sociais. A principal função de um(a) intelectual orgânico(a) é criar homogeneidade ideológica e teórica de acordo com a concepção de mundo da classe social à qual pertence. No caso das classes trabalhadoras e dos grupos sociais que as compõem, isto significa, um(a) intelectual engajado(a) ideológica, ética e politicamente na superação da ordem burguesa, cujas análises e formulações teóricas estão integradas à prática política e à práxis, sendo forjado(a) nas lutas políticas dos partidos e movimentos sociais.

Se pensarmos as interpretações do Brasil como movimentos de expressão da interpretação de intelectuais orgânicos, devemos destacar a luta de classes e as diferentes formas de inserção (e opressão) na luta de classes que seus autores e suas autoras vivenciam e como estes elementos influenciam a forma como constroem e apresentam suas interpretações.

A visão tradicional do que é um intérprete do Brasil é o intelectual, homem, branco, acadêmico de formação e atuação e com perspectivas que são, majoritariamente, conservadoras e de manutenção do *status quo* político, econômico e social brasileiro. A forma como o campo é tratado e recortado nos meios acadêmicos reforça alguns movimentos de opressão na sociedade de classes que se configura historicamente no Brasil, em nossa formação – que é o objeto de análise das interpretações do Brasil, como apontado anteriormente neste texto. Percebe-se a invisibilização das contribuições de autoras, de autores negros e autoras negras ou pertencentes aos povos originários. As interpretações que são forjadas mais diretamente nos movimentos sociais são também invisibilizadas.

Como aponta Raquel Barreto (2018) em um texto em que apresenta a obra de Lélia Gonzalez como uma intérprete do Brasil, há um processo de racismo epistêmico que invisibiliza e renega autores e autoras que fogem do padrão homem-branco e que dão

centralidade para outras sujeitas em suas obras e temas. “Os efeitos do racismo e da supremacia branca no Brasil tem, sistemática e concretamente, invisibilizado, apagado, no campo epistemológico, vozes destoantes ao seu projeto. O processo acentua-se ainda mais quando se tratam de mulheres negras.” (BARRETO, 2018, p. 27)

Se pensarmos os problemas e questões da formação econômico-social brasileira a partir de uma perspectiva ligada às classes trabalhadoras e aos diferentes grupos sociais que compõem as classes trabalhadoras e que sofrem as diferentes formas de opressões sociais que forjam e se articulam no capitalismo (dependente), precisamos buscar o que foi produzido como “interpretações do Brasil” por intelectuais orgânicos(as) – em especial, intelectuais orgânicas – ligados às classes trabalhadoras e aos movimentos sociais ligados à classe trabalhadora e não nos limitarmos aos tradicionais intelectuais identificados como “intérpretes do Brasil”. Estes autores e estas autoras, mesmo que estejam inseridos nos meios acadêmicos e tradicionais, forjam suas análises sobre o Brasil e sua formação econômico-social a partir das questões concretas dos movimentos sociais nos quais estão inseridos e inseridas.

A obra e a atuação de Lélia Gonzalez (1935-1994), uma intelectual orgânica das classes trabalhadoras brasileiras, do movimento negro brasileiro (em especial, no Movimento Negro Unificado – MNU) e do feminismo negro brasileiro (como na criação e coordenação do coletivo Nzinga Coletivo de Mulheres), é uma potente interpretação do Brasil, de sua formação econômico-social, do capitalismo dependente que aqui se forja, a partir das análises que focam em como as dimensões de gênero, raça e classe se mesclam na configuração desta formação e da forma como o capitalismo aqui se desenvolve.

As contribuições de Lélia Gonzalez mais relevantes no que podemos entender como a interpretação do Brasil no corpo de sua obra datam dos anos 1970 e 1980, anos em que os debates em torno da resistência contra a ditadura empresarial-militar, das organizações e lutas dos movimentos negros e feministas no Brasil, assim como os debates em torno da crítica ao difundido mito da democracia racial e dos debates em torno da redemocratização do Brasil no pós-ditadura. Ou seja, um período de intensos processos de reflexão em torno das transformações da sociedade brasileira, um dos acentuados pontos de inflexão da história do Brasil no século 20.

É fundamental resgatarmos esta interpretação do Brasil, tanto por sua potencialidade crítica e analítica, como também para romper com os movimentos de

racismo epistemológico. Como Raquel Barreto, no já citado texto sobre Lélia Gonzalez como uma intérprete do Brasil afirma

“entende-se o porquê de Lélia não estar inclusa no cânone do pensamento nacional ao lado de intérpretes fundamentais do Brasil, constantemente reeditados e debatidos, enquanto que as contribuições e inovações dessa grande intelectual para pensarmos as relações raciais, e principalmente, sua interpretação da nação, que é negra, estarem, até agora, praticamente desconhecidas. É preciso conhecê-las” (BARRETO, 2018, p. 27).

3. Lélia Gonzalez como intérprete do Brasil

Lélia Gonzalez era, como afirmamos na seção anterior, uma significativa intelectual orgânica das classes trabalhadoras brasileiras, em especial, dos movimentos negro e do feminismo negro. Os dados biográficos apresentados sobre a autora retiramos, majoritariamente, de Ratts & Rios (2010).

Formada em história, geografia e filosofia pela antiga Universidade do Estado da Guanabara (UEG) – atualmente, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – e acadêmica nas áreas de filosofia, comunicação e antropologia – na ocasião de seu falecimento era chefe do Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Lélia Gonzalez foi, acima de tudo, uma intelectual ligada e pautada pelos movimentos políticos, culturais e sociais que construiu e ajudou a desenvolver.

Em especial, foi uma intelectual orgânica dos movimentos negros, majoritariamente, atuando na formação, consolidação e difusão do movimento negro que se rearticulou no final dos anos 1970. Participou da fundação e organização do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUDR) depois conhecido como Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978 e depois tornou-se uma de suas principais referências e militantes, sendo a primeira diretora executiva do movimento. Atuou no Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) ligado à Universidade Candido Mendes. Lélia Gonzalez se aproxima dos movimentos negros organizados em meados dos anos 1970, período em que o movimento negro se reorganizava, no contexto da resistência contra a ditadura, sendo um período intenso em que o movimento negro fervilhava político e culturalmente

Neste período destaca-se também a efervescência dos movimentos feministas – não só no Brasil, como também em toda a América Latina – movimentos aos quais Lélia se aproxima também em meados dos anos 1970, com destaque forte para a sua construção do feminismo negro, tornando-se figura central para estes movimentos no Brasil e na América Latina nos anos 1970 e nas décadas seguintes.

E também uma intelectual orgânica do feminismo negro. Lélia Gonzalez participou da criação e foi a primeira coordenadora do Nzinga Coletivo de Mulheres (em 1983), coletivo de mulheres negras. Participou de importantes redes de articulação da militância do feminismo negro no Brasil e na América Latina, participando do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN) em Valença (RJ), em 1988. Além de ter participado do 1º Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas⁵. Foi membro do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) no período de 1985-1989.

Importante lembrar que data desta época na América Latina a emergência do chamado feminismo decolonial, que tem como marca a articulação de elementos fundamentais para se compreender as sociedades de classes que emergem da estrutura colonial e que se desenvolvem nos tipos de capitalismo dependentes latino americanos, como as questões raciais, de gênero e de sexualidade e das classes sociais (HOLLANDA, 2020). Como afirma Hollanda (2020, p. 17) “O feminismo decolonial denuncia a imbricação estrutural das noções de heteronormatividade, classificação racial e sistema capitalista.”.

Do ponto de vista da organização política partidária, Lélia Gonzalez foi militante do PT (Partido dos Trabalhadores), foi membro do diretório executivo nacional do PT de 1981 a 1984, além de ter sido candidata a deputada federal em 1982 (não é eleita, fica como 1ª suplente da legislatura 1983-1986), e assessora da (à época) naquela legislatura da vereadora da cidade do Rio de Janeiro, (a hoje deputada federal) Benedita da Silva.

⁵ O encontro, realizado em 25 de julho de 1992, em Santo Domingo, na República Dominicana, reuniu mais de 300 representantes de 32 países para compartilhar suas vivências, denunciar as opressões e debater soluções para a luta contra o racismo e o machismo. Este encontro marcou a articulação da rede de militantes e pesquisadoras afro latino americanas. O Encontro e a força de sua militância fizeram com que, ainda em 1992, a ONU reconhecesse o dia 25 de julho como Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. Aqui no Brasil, desde 2014, dia 25 de julho, passou a ser reconhecido (pela Lei 12.987/2014) como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. A data visa não só compartilhar dos princípios do Dia Internacional estabelecido em 1992, como também tem visa a dar visibilidade para o papel da mulher negra na história brasileira, através da figura de Tereza de Benguela. Tereza foi a líder do Quilombo Quariterê, localizado na fronteira do Mato Grosso com a Bolívia, e, por 20 anos, liderou a resistência contra o governo escravista e coordenou as atividades econômicas e políticas do Quilombo.

Após romper com o PT, filia-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), em uma época em que outros importantes intelectuais orgânicos dos movimentos negros, como Abdias Nascimento, também se aproximavam do partido. Como militante do PDT foi candidata a deputada estadual em 1986, quando também não é eleita e também fica como suplente da legislatura (1987-1990).

Para dar um exemplo da importância deste caráter militante no corpo da obra de Lélia Gonzalez e de sua interpretação do Brasil, podemos citar a obra “Lugar de negro” (publicado originalmente em 1982) em coautoria com Carlos A. Hasenbalg. Esta publicação marca consistentes e importantes análises das relações entre desigualdade econômica e social e questão racial em um duplo movimento de articulação e análise: as desigualdades e hierarquias econômico e sociais e as formas de luta e resistência dos movimentos negros. Nesta obra, no texto “O movimento negro na última década”, Lélia Gonzalez apresenta uma instigante análise e sistematização histórica dos movimentos negros ao longo da década de 1970 no Brasil, processo que culminou na criação do Movimento Unificado Negro (MNU).

Neste movimento de análise e sistematização histórica dos movimentos negros brasileiros com destaque para a década de 1970 – uma década tão importante, tanto para o movimento negro, quanto para a política no Brasil como um todo – mas também resgatando o histórico de resistência dos movimentos negros no Brasil desde o pós-abolição⁶, Lélia Gonzalez apresenta importantes reflexões sobre a forma como o capitalismo dependente em sua configuração na ditadura empresarial-militar trouxe consequências de ampliação da desigualdade econômico e social em sua dimensão racial, desigualdade estrutural e também historicamente condicionada na forma como as populações negras foram inseridas na sociedade de classes brasileira. Além disso, nesta obra, Lélia Gonzalez apresenta um importante panorama histórico dos movimentos negros, da sua importância e dos seus dilemas e das questões das mulheres negras dentro dos movimentos negros. Panoramas como este são peças importantes para a cultura militante e para a formulação teórica e política da militância.

⁶ Aqui, neste movimento de análise e destaque para o histórico de luta e resistência dos movimentos negros no Brasil, Lélia se junta ao esforço de outro importante intelectual orgânico da classe trabalhadora e dos movimentos negros no Brasil, Clóvis Moura (1959; 1977; 1988; 1989; 1994).

Por conta de seu papel militante, suas reflexões aparecem não só em textos acadêmicos propriamente ditos, mas também em intervenções na imprensa, em artigos em jornais e revistas e em entrevistas e em discursos e panfletos políticos.

Em sua obra, Lélia Gonzalez articula elementos do feminismo, em especial, do feminismo negro, do marxismo, da psicanálise, das interpretações do Brasil, das questões anticoloniais, da intelectualidade e da cultura negra e das questões raciais. É a primeira autora⁷ do pensamento social brasileiro a defender a articulação entre as relações raciais, as relações de gênero, as relações de sexualidade e as relações de classe para compreender o Brasil, a formação econômico-social brasileira, do capitalismo dependente que aqui se forma. Em especial, dá destaque para as questões do racismo e do sexismo na formação econômico-social brasileira.

Devemos destacar que este artigo não é o único ou mesmo o primeiro a apontar que o que Lélia Gonzalez faz no corpo de sua obra, em especial, em suas análises sobre o capitalismo dependente brasileiro. Barbara Araújo (2020) em um artigo publicado no site da revista Jacobin Brasil intitulado “Lélia Gonzalez, intérprete do capitalismo brasileiro” e por Raquel Barreto (2018) na introdução à edição da coletânea de textos de Lélia Gonzalez “Lélia Gonzalez – primavera para as rosas negras”⁸ intitulada “Lélia Gonzalez: uma intérprete do Brasil”, já mencionada neste texto, para citar duas importantes referências que tratam a obra de Lélia Gonzalez como uma interpretação do Brasil.

Neste artigo, por meio do destaque da importância de Lélia Gonzalez como uma intérprete do Brasil para a história do pensamento econômico e social brasileiro, pretende-se dar foco ao papel de Lélia Gonzalez como intelectual orgânica dos movimentos da classe trabalhadora, do movimento negro e do feminismo negro brasileiro e a destacar o quão centrais para a sua interpretação do Brasil são os elementos de gênero, raça e classe na sua compreensão da formação econômico-social brasileira.

⁷ Neste aspecto, no âmbito das teorias mundiais sobre gênero, raça e classe, Lélia Gonzalez também foi inovadora, influenciando autoras como Angela Davis, que sistematicamente, faz referências à Lélia Gonzalez em suas obras e discursos.

⁸ Esta coletânea, organizada e editada pela UCPA (União dos Coletivos Pan-Africanistas) de maneira independente deve ser destacada e saudada porque eu uma época em que os textos de Lélia Gonzalez eram de difícil acesso e ainda não haviam sido reeditados por grandes editoras, como foi feito pela Editora Zahar em 2020 (GONZALEZ, 2020) e 2022 (GONZALEZ & HASENBALG, 2022), foi um marco importante na divulgação e publicização da obra de Lélia Gonzalez para as gerações mais contemporâneas e para os movimentos sociais.

Lélia Gonzalez aponta, como veremos em detalhes na próxima seção, que não é possível compreender o Brasil, a forma como o capitalismo dependente se forja e se desenvolve aqui, a forma como se configura a luta de classes e a formação econômico-social brasileira, se não for dada centralidade para a dimensão como as questões de gênero, raça e classe se mesclam e interagem nestas configurações e formação. Gênero e raça não são questões secundárias para compreender o Brasil e suas questões. Estas questões não são questões laterais ou pontuais, reservadas a estudos nichados, mas centrais na configuração e na compreensão do que é o Brasil e de suas questões. Análises econômicas, políticas e sociais que deixem de lado estes aspectos das opressões na configuração da sociedade brasileira e do capitalismo dependente que aqui se forja, são análises capengas.

As principais publicações de Lélia Gonzalez que compõem o todo de sua interpretação do Brasil são os artigos: “Qual o lugar da mulher negra enquanto força de trabalho?” (1978); “A juventude negra brasileira e a questão do desemprego” (1979a); “Mulher negra: um retrato” (1979b); “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1980a) – este talvez um dos mais emblemáticos e conhecidos –; “A questão negra no Brasil” (1980b); “A mulher negra: essa quilombola” (1981a); “Democracia racial? Nada disso!” (1981b); “A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica” (1982a) – este publicado posteriormente em francês e inglês –; “E a trabalhadora negra cumé que fica?” (1982b); “De Palmares às escolas de samba, tamos aí” (1982c); “Racismo por omissão” (1983); “Mulher Negra” (1984); “O movimento Negro Unificado: Um novo estágio na mobilização política negra” (1985a) – este posteriormente publicado também em inglês; “A mulher negra no Brasil” (1985b); “Mito feminino na revolução malê.” (1985c); “Insurreições negras e sociedade brasileira” (1985d); “Nanny: pilar de amefricanidade” (1988a); “Por um feminismo afrolatinoamericano” (1988b); “A categoria político-cultural de amefricanidade” (1988c). E os livros “Lugar de negro” (1982), em coautoria com Carlos A. Hasenbalg, e “Festas populares no Brasil”. (1987).

4. Um capitalismo dependente marcado pelas questões raciais e de gênero

Em consonância com alguns dos debates críticos sobre a questão racial no Brasil de a partir dos anos 19650 e 1960 – como em Ramos (1954); Fernandes (1964) e em Moura (1959; 1977; 1988; 1989; 1994) – Lélia Gonzalez (1978; 1980a; 1980b; 1981b;

1982^a; 1982c; 1984; 1985b; 1988b; 1988c; GONZALEZ & HASENBALG, 1982) nos anos 1970 e 1980 vai apresentar uma contundente crítica à noção tão difundida no senso comum e na sociologia tradicional brasileira – a da democracia racial, ou melhor, do mito da democracia racial.

Ao longo das obras citadas acima, Lélia Gonzalez apresenta elementos de análise das estruturas da formação econômico-social brasileira marcada pela violência e pela violação, em especial, das mulheres nativas (escravizadas) e das escravizadas oriundas de África. Sua análise explicita como não há (ou houve) harmonia na interação entre os colonizadores e os povos colonizados e escravizados e que as relações que resultaram na miscigenação do povo brasileiro foram fundamentalmente marcadas pela violência, pelo racismo e pelo sexismo.

A obra de Lélia Gonzalez em que sua crítica ao mito da democracia racial é mais conhecida é o artigo de 1980, “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. Neste potente texto, Lélia Gonzalez não só apresenta uma crítica à visão dominante sobre a formação econômico-social brasileira que deu alicerce ao mito da democracia racial, como em Gilberto Freyre (1933), como também apresenta contundente críticas a visões consideradas mais críticas sobre o processo da formação econômico-social brasileira, como em Prado Junior (1942), que no entendimento de Lélia Gonzalez apresenta uma visão que objetificou e animalizou as mulheres negras escravizadas.

Neste texto, Lélia Gonzalez, articula racismo como um sintoma da “*neurose cultural brasileira*”, utilizando aqui instrumentais analíticos da psicanálise, Lélia revela como através da negação do racismo e da existência da interação social (e sexual) entre a raça branca e as raças não-brancas, há um naturalização e aparente invisibilização do racismo na nossa sociedade, mas que o racismo permanece essencial nas estruturas de poder e no inconsciente da população (em especial, a branca) brasileira.

O racismo e o sexismo se manifestam na sociedade brasileira, para Lélia Gonzalez, inconscientemente através de 3 tipificações da mulher negra que tem origem no período da escravização e que persistem se manifestando na sociedade contemporânea: a “*mulata*”; a “*doméstica*” e a “*mãe preta*”, que representariam a objetificação da mulher negra, a subserviência da mulher negra e os laços aparentemente maternos e afetivos entre as mulheres negras e a população brasileira (em especial, a população branca), mas

que são também hierarquizados. Estas também são diferentes atribuições do mesmo sujeito, a mulher negra na sociedade brasileira.

Nesta obra (1980a), como também em outras obras em que coloca a centralidade na figura da mulher negra escravizada (1979b; 1981a; 1982a; 1982b; 1982c; 1984a; 1985b; 1988a; 1988b; 1988c) Lélia Gonzalez subverte o papel tradicionalmente relegado às mulheres escravizadas na literatura sociológica e historiográfica brasileira, ao mesmo tempo em que revela elementos sofisticados de opressão e subjugo das mulheres negras na sociedade brasileira contemporânea.

Nesta análise, Lélia Gonzalez (1980) busca compreender a inserção da mulher negra na sociedade brasileira para além das questões socioeconômicas, mas buscando analisar como as questões socioeconômicas se articulam com as questões da subjetividade. Aponta, criticamente, a naturalização e a invisibilização do racismo em nossa sociedade.

Dentre estes elementos subjetivos que condicionam as interações sociais entre os sujeitos, suas raças, gêneros e classes, Lélia Gonzalez aponta também o medo como um elemento importante para a configuração do racismo no Brasil. Para Lélia Gonzalez, o medo se estabelece como forma de impedimento da organização e unidade do grupo dominado (formas de resistência) e forma de manutenção da estrutura de opressão. A autora marca como a estrutura social dominante tem medo do reconhecimento dos elementos culturais de nossa sociedade como elementos de origem africana e marcas da população negra e como que é necessário para o grupo dominante manter a estereotipação negativa e a ridicularização da população negra. Ou seja, há a estereotipação da população negra a partir de aspectos negativos.

Mas, por outro lado, Lélia Gonzalez também aponta que quando falamos de elementos típicos e importantes para a nossa cultura, os elementos de origem negra ganham centralidade, como: “samba, tutu, maracatu, frevo, candomblé, umbanda, escola de samba”, valorização da beleza da mulher brasileira tendo como elementos característicos da população negra, valorização do carnaval e seus símbolos e elementos. Em um movimento que revela a forte marca de apropriação dos elementos culturais da população negra, tal como a apropriação dos elementos da população escravizada pelos senhores.

Tanto o medo, como a apropriação, como as interações entre a população branca e as mulheres negras com marca nas tipificações estereotipadas explicitam um movimento que é essencialmente racista e sexista, de naturalização do “*lugar do negro*” (grupo dominado) como periférico.

Culturalmente, uma marca significativa da centralidade das populações negras no processo de formação econômico-social brasileira que Lélia Gonzalez marca como importante, mas que é colocado como marginalizado e inferior está na questão da linguagem.

Lélia Gonzalez nos apresenta a noção de “*pretuguês*” que é marca da africanização do português falado aqui no Brasil. Esta marca tem influência no vocabulário, na cadência, na entonação, na pronúncia das palavras, tais como na troca do fonema associados à letra l pelo r, como em “*framengo*” (*sic.*). Assim, Lélia Gonzalez (1982b) reivindica inclusive que os acadêmicos e as acadêmicas rompam com os elementos da chamada escrita formam e agreguem de gírias em formato menos formal (mais coloquial/popular) na sua escrita e aceitem de maneira positiva esta marca do “*pretuguês*” e que o *pretuguês* não seja encarado como erro, mas sim, seja incorporado no linguajar acadêmico e formal.

Lélia Gonzalez revela como estes elementos estruturais de hierarquização (e exclusão) da população negra que se manifestam na subjetividade dos indivíduos que compõem a sociedade e também nas relações entre as classes, as raças e os gêneros que têm origem no período de escravização. Tanto a tipificação das mulheres negras (“*mulata*”; “*doméstica*”; “*mãe preta*”) quanto a criminalização sistemática da população negra masculina, em sua maioria, (encarceramento em massa, perseguição policial sistemática, extermínio em massa da população negra) são para Lélia Gonzalez reflexos do que vai chamar de “*neurose cultural brasileira*”.

Para Lélia Gonzalez, a ideia em torno do mito da democracia racial está ligada aos processos “domesticação” da população negra. Domesticação da população negra que para a autora se deu via: ideologia do branqueamento, infantilização, discurso ideológico de alienação e de ocultamento da memória da população negra; e objetificação.

Por fim, em sua crítica ao mito da democracia racial, Lélia Gonzalez (1988c) apresenta a noção de “*racismo por denegação*” ou “*racismo disfarçado*”. Para a autora, não é que não exista racismo no Brasil, mas que este racismo aqui se manifesta de maneira

diferente que em outras formações econômico-sociais (em especial, em comparação com as ex colônias anglo-saxônicas). Este racismo que aqui se configura é um racismo marcado pelos elementos da já citada “*neurose cultural brasileira*” e pela forma como se deu o processo de formação econômico-social da sociedade brasileira, e das sociedades latino americanas, a partir da colonização ibérica, em um processo de racismo que possui muitas artimanhas e peculiaridades que não precisam assumir a forma explícita, mas que também são extremamente violentas.

“Sabemos que as sociedades ibéricas se estruturam a partir de um modelo rigidamente hierárquico, onde tudo e todos tinham seu lugar determinado (até mesmo o tipo de tratamento nominal obedecia às regras impostas pela legislação hierárquica). Enquanto grupos étnicos diferentes e dominados, mouros e judeus eram sujeitos a violento controle social e político. As sociedades que vieram a construir a chamada América Latina foram as herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas. Racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos quanto grupo dominante. A expressão do humorista Millôr Fernandes, ao afirmar que “não existe racismo no Brasil porque o negro conhece o seu lugar”, sintetiza o que acabamos de expor.

Por isso mesmo, a afirmação de que todos são iguais perante a lei assume um caráter nitidamente formalista nestas sociedades. O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura.” (GONZALEZ, 2020p [1988c], p. 131-132).

Percebe-se como a origem colonial e o passado de escravização, nunca superados, são ainda fundamentais na configuração da sociedade brasileira (e das sociedades latino americanas), em suas mais variadas dimensões. Esta percepção das peculiaridades da forma como o racismo (e o sexismo) operam na América Latina levam Lélia Gonzalez a reivindicar a ideia de uma *amefricanidade* e de um feminismo afro-latino americano, como veremos mais adiante neste texto. Como aponta Hollanda (2020), o questionamento do mito da democracia racial

“tem sua força inicial no feminismo latino-americano que introduziu a articulação sexo/gênero/raça nos estudos sobre os efeitos do sistema

patriarcal na instalação dos Estados Nacionais, denunciando a ideologia da mestiçagem fundadora e sua ancoragem na violência e na violação das mulheres nativas”. (HOLLANDA, 2020, p. 20).

Em consonância com boa parte dos debates sobre a economia e a sociedade brasileira dos anos 1960 e dos anos 1970, Lélia Gonzalez mira sua análise sobre as questões em torno do capitalismo dependente que se configura na formação econômico-social brasileira, mas diferentemente dos principais nomes do pensamento econômico e social brasileiro da época, como Furtado (1974); Marini (1969; 1973); Bamberger (1972), para citar alguns e alguma, Lélia Gonzalez associa as questões do capitalismo dependente brasileiro e das lutas de classes que aqui se configuram com os elementos de raça, sexualidade e gênero.

De uma maneira bastante pioneira em sua época – mas que nas primeiras décadas do século 21 já está mais difundida – Lélia Gonzalez (1978; 1979a; 1980b; 1981b; 1982a; 1982b; 1983; 1985b; 1988a) apresenta análises sobre a desigualdade econômico e social brasileira pensando recortes de gênero e raça, apontando como existe, estrutural e sistematicamente, uma divisão-racial-sexual do trabalho que hierarquiza os indivíduos em nossa sociedade não somente pela sua inserção de classe (e nas frações de classes), mas também em termos de gênero, sexual e racial, em uma articulação entre capitalismo, sexismo, heterossexismo e racismo (*por denegação*).

A partir da análise de Lélia Gonzalez, percebe-se que esta divisão racial-sexual do trabalho coloca como “*massa marginal*” – termo que toma de José Nun, mas que se apropria da noção marxiana de “*exército industrial de reserva*” – a população negra, em especial, as mulheres negras. Por “*massa marginal*” entende-se a parte da população (excedente) que não estabelece relações funcionais com o sistema produtivo e não se integra ao mercado de trabalho formal. Para Lélia Gonzalez, na sociedade brasileira, racismo e sexismo são formas de opressão produtoras e reprodutoras das desigualdades e que são apropriadas pela acumulação capitalista para ampliar as possibilidades de exploração da força de trabalho, ou seja, benéfica para as classes dominantes, majoritariamente brancas. Inclusive, beneficiando a classe trabalhadora branca e masculina em contextos de “concorrência” entre os sujeitos das classes trabalhadoras e também que estes membros das classes trabalhadoras tenham melhores alocações e inserções, além de melhores salários, no mercado de trabalho.

Percebe-se que no cerne da interpretação do Brasil de Lélia Gonzalez estão as questões de gênero, sexualidade e raça, de maneira articuladas nas estruturas da configuração do capitalismo dependente no Brasil. Tanto em seu processo histórico-colonial, mas também nas configurações contemporâneas do capitalismo dependente brasileiro os elementos do sexismo, da desigualdade de classes, do colonialismo e do racismo são centrais.

Por fim, ainda que seja um elemento que transcenda as questões específicas da formação econômico-social brasileira, mas que a ela está conectada se pensarmos esta formação no contexto das demais formações latino americanas, oriundas do passado colonial ibérico e latino, Lélia Gonzalez (1988b, 1988c) reivindica que ao invés de América Latina, os termos “*Amefricanidade*”, “*América Ladina*” e “feminismo afro-latino-americano” (ou “*afro-ladino-americano*”) sejam incorporados e reivindicado pelos movimentos negros e feministas das classes trabalhadoras da nossa região.

Lélia Gonzalez aponta que há semelhanças entre o Brasil e a região caribenha na forma de africanização – que se manifestaram historicamente no papel da força de trabalho escravizada africana no processo de colonização – e na forma como o racismo se manifestou historicamente.

Reivindicando o entendimento da América como toda América, todo continente, e não só os EUA, em uma crítica ao imperialismo dos EUA.

Nesta reivindicação do que é a nossa América, defende a incorporação de análise do processo histórico de intensa dinâmica cultural afrocentrada (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas). Análise esta que seja forjada com sentido de construção de uma identidade étnica, expressa na cultura (entendida de maneira ampla), no legado de resistência e na memória deste legado.

Esta unidade, na visão de Lélia Gonzalez, se apresentaria como uma unidade específica, historicamente forjada no interior das sociedades do continente americano, uma experiência histórica comum. Criação nossa e de nossos antepassados no continente inspirados em modelos africanos – em especial, da chamada diáspora africana. Mas neste entendimento, entende haver um reconhecimento da população indígena neste termo. Em suas palavras, “Termo *amefricanas/americanos* designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como aqueles que chegaram à América

muito antes de Colombo.” (GONZALEZ, 2020o [1988b], p. 77, *grifos originais da autora*).

Lélia Gonzalez reivindica usar o termo “*América Ladina*” ao invés de América Latina em reconhecimento da diversidade das sociedades que compõem a “*América Ladina*”, dando destaque para os elementos em comum dentre as diferentes formações econômico-sociais da região a origem no mesmo sistema de dominação (colonial, racista) que se manifestou contemporaneamente na hierarquização racial e cultural na região, na aparente “*superioridade*” branca ocidental e “*inferioridade*” negroafricana. Para Lélia Gonzalez, reconhecer a *amefricanidade*, significa reduzir a importância do ibérico/colonial na nossa configuração tem caráter emancipatório, de potencial para ruptura com a estrutura de dominação e hierarquização.

Assim, no entendimento de Lélia Gonzalez (1988b; 1988c) o feminismo de nossa região deve ser um feminismo que tenha como caráter de um *feminismo afro-ladino-americano*.

A importância e a atualidade da obra de Lélia Gonzalez e de sua interpretação do Brasil são inegáveis e fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira. A marca da articulação entre gênero, raça e classe na compreensão do que foi e é a formação econômico-social brasileira é pioneira e deve fazer parte da formação de todo cidadão brasileiro e toda cidadã brasileira, em especial, os que atuam nas ciências sociais e suas áreas correlatas. Como Bárbara Araújo aponta em seu artigo sobre Lélia como uma intérprete do capitalismo brasileiro

“O caráter pioneiro de sua discussão sobre a articulação entre racismo e sexismo no Brasil, incluindo uma reflexão sobre essas questões e o desenvolvimento do capitalismo na realidade brasileira, tornam a leitura de sua obra, ainda tão pouco conhecida na academia e na militância, fundamental para quem busca uma análise sistêmica que de fato dê conta do caráter contraditório do capitalismo no Brasil, que tem o racismo e o sexismo como fatores fundantes e constitutivos.” (ARAÚJO, 2020, s.p.)

5. Considerações finais

A interpretação do Brasil realizada por Lélia Gonzalez é uma inovadora forma de compreensão do Brasil e deve ser resgatada para as análises contemporâneas sobre o Brasil e suas questões. Interpretar o Brasil a partir da tríade (articulada) de gênero, raça e classe é não só relevante, como necessário.

Tomando como referência a grande Sueli Carneiro, é fundamental termos em mente a intrincada articulação entre classe, gênero, sexualidade e raça para a compreensão do Brasil, "o estupro colonial da mulher negra pelo homem branco no passado e a miscigenação daí decorrente criaram as bases para a fundação do mito da cordialidade e democracia racial brasileira" (CARNEIRO, 1995, p. 546).

Se pensarmos os dados contemporâneos sobre a estrutura econômico-social brasileira, os dados sobre desigualdade econômico e social e das questões dos movimentos sociais, vemos explícita a atualidade do pensamento de Lélia Gonzalez e das suas propostas de lentes de análise para a sociedade brasileira e suas questões. Mais que uma autora do feminismo negro, do feminismo decolonial latino americano, ou do movimento negro brasileiro, Lélia Gonzalez apresenta elementos fundamentais para compreendermos a formação econômico-social brasileira. Ou melhor, sua obra tem esta grandeza exatamente por Lélia Gonzalez ser uma intelectual orgânica dos movimentos feminista negro e do movimento negro e estar preocupada com as questões relevantes para estes movimentos.

Lélia Gonzalez é uma autora fundamental para a história do pensamento feminista decolonial na América Latina, mas sua obra tem uma importância para o pensamento econômico e social brasileiro (e latino americano, melhor, como nos recomenda Lélia Gonzalez, "*afro-ladino-americano*", ou "*amefricano*"; ou da "*Améfrica Ladina*") que transcende às questões do feminismo decolonial. Ou até mesmo, por conta de suas reflexões em torno da interação entre gênero, raça e classe na formação econômico-social brasileira e latino americana, ou como ela preferiria, "*afro-ladino-americano*", ou "*amefricano*", suas análises tenham tamanha importância para o pensamento social brasileiro e da América Latina ("*Améfrica Ladina*").

É fundamental termos como referência obras como a de Lélia Gonzalez para pensarmos o Brasil em sua complexidade, de maneira a orientar as lutas dos movimentos sociais das classes trabalhadoras. Pensar questões de gênero, sexualidade e raça não como somente recortes específicos e pontuais, nichados, mas como questões centrais para compreender o processo da formação econômico-social brasileira e do capitalismo dependente que aqui se forma. Afinal, as classes trabalhadoras não são sujeitos abstratos, mas possuem gênero, raça, entre outros marcadores sociais que carregam em si vivências, opressões e questões para a luta que precisam ser articuladas para pensarmos horizontes de superação do capitalismo dependente brasileiro e latino-americano.

6. Referências Bibliográficas

- ARANTES, Paulo; ARANTES Otília. **Sentido de formação**: três estudos sobre Antônio Cândido, Gilda de Mello e Souza e Lucio Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- ARAÚJO, Bárbara. Lélia Gonzalez, intérprete do capitalismo brasileiro. *In: Revista Jacobin Brasil (site)*, 2020. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2020/09/lelia-gonzalez-interprete-do-capitalismo-brasileiro/>. Acesso em 30 de agosto de 2022.
- ARRUDA, Maria Armanda do Nascimento; VILLARINO, Leandro Vizin. O conceito de formação em tempos críticos: esboço de reflexão. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 40, 2016. Anais do 40º Encontro Anual da Anpocs. São Paulo: ANPOCS, 2016.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: INSULAR, 2013 [1972]
- BARRETO, Raquel. Introdução: Lélia Gonzalez, uma intérprete do Brasil. *In: GONZALEZ, Lélia. Lélia Gonzales: primavera para as rosas negras*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018, p. 12-27.
- CÂNDIDO, Antônio, O significado de Raízes do Brasil. *In: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 9-21.
- CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, pp. 544-552, 1995
- CURTY, Carla; MALTA, Maria; BORJA, Bruno. Intérpretes do Brasil: influências na origem do pensamento econômico brasileiro. **História Econômica & História de Empresas**, v. 24 | n. 2 | p. 463-489 | maio-ago. | 2021.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021 [1964]
- FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1989.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006 [1933].

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

GONZALEZ, Lélia. **Qual o lugar da mulher negra enquanto força de trabalho?** Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. (IUPERJ). Rio de Janeiro (*mimeo*), 1978.

GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. *In*: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a. p. 45-48. [1979a].

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra: um retrato. *In*: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b. p. 173-178. [1979b].

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020c. p. 75-93 [1980a].

GONZALEZ, Lélia. A questão negra no Brasil. *In*: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020d. p. 183-190 [1980b].

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra: essa quilombola. *In*: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020e. p. 197-200 [1981a].

GONZALEZ, Lélia. Democracia racial? Nada disso! *In*: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020e. p. 201-203 [1981b].

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. *In*: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020f. p. 49-64 [1982a].

GONZALEZ, Lélia. E a trabalhadora negra cumé que fica? *In*: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020g. p. 217-219 [1982b].

GONZALEZ, Lélia. De Palmares às escolas de samba, tamos aí. *In:* GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções, diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020h. p. 204-206 [1982c].

GONZALEZ, Lélia. Racismo por omissão. *In:* GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções, diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020i. p. 220-221 [1983].

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. *In:* GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções, diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020j. p. 94-111 [1984a].

GONZALEZ, Lélia. Homenagem a Luiz Gama e Abdias do Nascimento. *In:* GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções, diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020k. p. 222-227 [1984b].

GONZALEZ, Lélia. O movimento Negro Unificado: Um novo estágio na mobilização política negra. *In:* GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções, diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020l. p. 112-126 [1985a].

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra no Brasil. *In:* GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções, diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020m. p. 158-170 [1985b].

GONZALEZ, Lélia. Entrevista: Mito feminino na revolução malê.: *In:* GONZALEZ, Lélia. **Lélia Gonzales:** primavera para as rosas negras. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018, p. 258-262 [1985c].

GONZALEZ, Lélia. Insurreições negras e sociedade brasileira. *In:* GONZALEZ, Lélia. **Lélia Gonzales:** primavera para as rosas negras. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018, p. 2263-264 [1985d].

GONZALEZ, Lélia. **Festas populares no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Index, 1987.

GONZALEZ, Lélia. Nanny: pilar de amefricanidade. *In:* GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções, diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020n. p. 151-157 [1988a].

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In:* GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções, diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020o. p. 139-150 [1988b].

- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *In*: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções, diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020p. p. 127-138 [1988c].
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022 [1982].
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Introdução. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 10-33.
- IANNI, Octávio. Tipos e Mitos do pensamento Brasileiro, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 17 (49) • Jun 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200001>. Acesso em 30 de maio de 2022.
- IANNI, Octávio. **Tendências do pensamento brasileiro**. *In*: Tempo Social. USP, 12. 2000.
- MARINI, Ruy Mauro “Dialética da dependência” [1973]. *In*: MARINI, Ruy Mauro. **Ruy Mauro Marini, vida e obra**. Expressão Popular, São Paulo, 2005.
- MARINI, Ruy Mauro **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: INSULAR 2014 [1969].
- MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020 [1959].
- MOURA, Clóvis. **O negro**: de bom escravo a mal cidadão. São Paulo: Editora Conquista, 1977.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2019 [1988].
- MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. Editora Ática, 1989.
- MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2014 [1994].
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1942].
- RAMOS, Guerreiro. O problema do negro na sociologia brasileira. *In*: SCHWARTZMAN, Simon. (Sel.). **O pensamento nacionalista e os Cadernos de**

Nosso Tempo. Seleção e introdução de Simon Schwartzman. Brasília: Ed. da UNB, 1979. (Biblioteca do Pensamento Político Republicano, 6). p. 39-69, [1954].

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez.** São Paulo: Selo Negro, 2010.

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil.** São Paulo: Alameda, 2008.